

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

**ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO  
MUNICÍPIO DE IJUÍ <sup>1</sup>  
ANALYSIS OF THE NATIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM IN THE  
MUNICIPALITY OF IJUÍ**

**Dedilhana Lamare Manjabosco Hübner<sup>2</sup>, Indaia Dias Lopes<sup>3</sup>, David Basso<sup>4</sup>,  
Roseli Fistarol Krüger<sup>5</sup>, Denize Grzybovski<sup>6</sup>**

<sup>1</sup> Artigo desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Unijui.

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGDR/Unijui), bolsista PROSUP/CAPES, dedilhana@gmail.com.

<sup>3</sup> Aluna do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGDR/Unijui), bolsista PROSUP/CAPES, indaia\_lopes@yahoo.com.br.

<sup>4</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/Unijui), davidbasso@unijui.edu.br.

<sup>5</sup> Aluna no curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional (PPGDR/Unijui), bolsista PROSUP/CAPES, rfistarol@gmail.com.

<sup>6</sup> Professora Convidada do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/Unijui), denize.grzybovski@unijui.edu.br.

**Resumo:** O objetivo deste artigo é compreender a operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE na rede escolar municipal de Ijuí/RS a partir da implementação da Lei nº 11.947/2009. O principal referencial teórico utilizado foi o livro Projetos de Desenvolvimento Agrícola: manual para especialistas de Marc Dufumier. Trata-se de uma pesquisa exploratória e explicativa, com abordagem qualitativa dos dados coletados por meio de entrevistas e revisão bibliográfica. Conclui-se que o programa de alimentação escolar nas escolas municipais de Ijuí após a referida lei avançou significativamente em termos de qualidade da alimentação oferecida aos alunos. Existe comprometimento e empenho por parte dos agentes envolvidos na gestão do programa. Percebe-se que ainda existem desafios a serem superados para que a gestão do programa continue aumentando a participação da agricultura familiar no processo de compras da alimentação escolar.

**Palavras-chave:** Alimentação escolar. Agricultura familiar. Aquisição de alimentos.

**Abstract:** The objective of this article is to understand the operationalization of the National School Feeding Program - PNAE in the municipal school network of Ijuí/RS since the implementation of Law 11.947/2009. The main theoretical reference used was the book Agricultural Development Projects: a manual for specialists by Marc Dufumier. It is an exploratory and explanatory research, with qualitative approach of the data collected through interviews and bibliographic review. It is concluded that the school feeding program in the municipal schools of Ijuí after the mentioned law advanced a lot in terms of the quality of the feeding offered to the students. There is commitment and commitment on the part of the agents involved in the

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

management of the program. It is noticed that there are still challenges to be overcome so that the management of the program continues to increase the participation of family agriculture in the purchasing process of school feeding.

**Keywords:** School feeding. Family farming. Buy food.

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE é um dos maiores e mais antigos programas de alimentação escolar em nível mundial, possuindo cobertura universal e de forma gratuita na oferta de refeições (FNDE, 2016). O PNAE atende quase todos os municípios brasileiros e desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento dos alunos, em especial como garantia mínima de alimentação para as populações carentes (BELIK; CHAIM, 2009).

Os participantes do programa são: o FNDE, que faz a gestão do programa em âmbito nacional; as Entidades Executoras (EEXs): que são os estados, os municípios, DF e as escolas federais; as Unidades Executoras (UEx): são as escolas; os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE): órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento do programa, composto de no mínimo sete membros titulares mais suplentes (FNDE, 2016).

Devem estar constituídos CAEs em 5570 municípios brasileiros, 26 estados e no DF com aproximadamente 80.000 conselheiros (FNDE, 2016). O CAE é essencial para a execução do programa, pois caso o CAE não esteja constituído e não ocorra a prestação de contas dos recursos recebidos, o FNDE pode fazer a suspensão dos recursos.

Desde a Constituição Federal de 1988, o Estado é o responsável pelo fornecimento da alimentação nas escolas públicas. Até 1994 as compras eram centralizadas e os fornecedores eram selecionados através de licitação pública, no entanto, a partir deste ano as compras foram descentralizadas, tornando possível que os cardápios fossem adaptados aos hábitos e costumes das regiões, além de permitir a aquisição de alimentos frescos de produtores locais (BUENO; LOURENZANI; PEREIRA; 2015).

O órgão responsável pela gestão do PNAE, em âmbito nacional, é o FNDE. A partir de 2009, com a sanção da Lei nº 11.947, ocorreram algumas mudanças no programa, garantindo que, no mínimo 30% dos repasses advindos do FNDE sejam investidos na compra de produtos alimentares de origem da agricultura familiar (AF) (FNDE, 2016). Esta lei trouxe uma inovação no que tange a priorizar a alimentação escolar por meio de uma política pública voltada para o desenvolvimento de determinados fornecedores, com a garantia de um percentual mínimo de compra de seus produtos em relação ao percentual adquirido para a alimentação escolar.

O PNAE é considerado mundialmente como a principal política pública do gênero, além de valorizar o desenvolvimento local, o respeito a hábitos alimentares saudáveis e também fomentar a economia regional. Com esta lei o governo direciona o seu poder de compra para as propriedades com estrutura familiar, ou seja, a AF, que se constitui em um setor desfavorecido na economia atual. No entanto, as estruturas familiares precisam se adaptar para suprir a demanda dos alimentos das escolas e também em relação à burocracia exigida para participar deste mercado (REINACH; CORÁ; BONDUKI, 2012). A efetividade da Lei nº 11.947/2009 depende da

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

participação de outros setores, além do governo, por meio de estratégias que podem resultar em argumentos para a revisão da lei em prol de avanços e melhorias para os atores envolvidos (REINACH; CORÁ; BONDUKI, 2012).

Em relação à importância, Triches e Schneider (2010, p. 944) afirmam que o PNAE tem potencial para promover debates até então dispersos “sobre os problemas associados à produção e ao desenvolvimento rural e aqueles associados à saúde pública, abrindo uma ampla agenda de estudos e investigações”. Segundo Triches (2015), a mudança na legislação em 2009 tornando obrigatória a inclusão do agricultor familiar como fornecedor da merenda escolar beneficiou os alunos que recebem estes alimentos, os agricultores e também o meio ambiente, além disso, vários municípios vêm utilizando mais de 30% dos seus recursos em alimentação escolar para aquisição de produtos com origem da AF. Para esta autora, o Brasil foi um dos primeiros países a estabelecer políticas de alimentação escolar transformando o PNAE em uma estratégia de desenvolvimento sustentável. No entanto, Balem (2015) chama atenção para a necessidade de comprometimento dos atores e das instituições locais envolvidos, evitando que este mercado seja ocupado pelos agricultores com habilidades já desenvolvidas ou por grandes cooperativas.

Em relação à administração pública, Froehlich (2010) destaca que adquirir produtos por meio da AF se configura como uma oportunidade para investir recursos no próprio município, aumentando o fluxo financeiro e fomentando a economia local.

O PNAE é considerado um programa dotado de potencialidades capazes de dinamizar o processo produtivo em todas as suas etapas e trazer benefícios para os atores envolvidos, levando em consideração as diferentes realidades existentes no Brasil (SILVA; ASSIS, 2016). Desta forma o presente artigo está norteado pelo seguinte questionamento: como vem sendo realizada a operacionalização do PNAE na rede escolar municipal de Ijuí/RS após a implementação da Lei nº 11.947/2009?

Os resultados deste estudo são apresentados neste artigo em quatro partes, sendo a primeira representada por esta introdução. Na seção dois constam os procedimentos metodológicos, seguidos da terceira parte com os principais resultados alcançados pelo PNAE na rede escolar municipal de Ijuí. Por fim, segue-se as considerações finais.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo configura-se numa pesquisa de caráter qualitativo, de natureza descritiva e explicativa. Para tanto foram investigados os funcionários que participam do processo de execução e gestão do PNAE no município e a Diretora de uma escola municipal, que forma os sujeitos da pesquisa. A técnica de coleta de dados foi a entrevista aberta, orientada por um Roteiro de Entrevista, realizadas com o Secretário de Educação do município, a Coordenadora de Nutrição Escolar, sendo esta uma das nutricionistas do município e a Diretora de uma escola municipal. As entrevistas foram gravadas e posteriormente foram transcritas com o uso da ferramenta Microsoft Word® 2007. Também foram coletados dados por meio da observação não-participante, cujos dados foram registrados no caderno de campo.

A análise dos dados foi realizada com base nas orientações de Marc Dufumier, registradas na obra “Projetos de Desenvolvimento Agrícola”, na versão em português publicada em 2007, além do

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

capítulo 9 do livro “Desenvolvimento sob múltiplos olhares”, publicado em 2012, sendo este capítulo de autoria de Dilson Trennepohl.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta seção são apresentados e analisados os dados coletados sobre o PNAE na rede municipal de Ijuí. Inicialmente é realizado um resgate histórico da alimentação escolar no município de Ijuí, com ênfase para o período em que foi implementada a Lei nº 11.947/2009. Na sequência foi traçado um panorama da atual situação da alimentação escolar no município e a visão dos principais gestores sobre os resultados alcançados em Ijuí com o PNAE.

#### **3.1 Histórico do programa de alimentação escolar no município de Ijuí**

A evolução histórica possui um papel importante em qualquer projeto de desenvolvimento, pois evidencia o encadeamento lógico dos acontecimentos que fizeram com que resultasse no contexto atual (DUFUMIER, 2007). A análise histórica possibilita que se verifique como ocorreram as transformações sociais ao longo dos anos, de forma que seja possível intervir na realidade tendo conhecimento das origens e causas do atual cenário (DUFUMIER, 2007).

O município de Ijuí é um município localizado na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, possui uma área territorial de 689.37 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 2016 de 83.089 mil habitantes (IBGE, 2017). O programa de alimentação escolar no município passou por fases distintas e com características específicas. Inicialmente a alimentação escolar era vista como uma refeição que deveria “matar a fome”, onde eram oferecidos produtos industrializados, como leite em pó preparado com achocolatado, chá, bolacha, dentre outros. Neste período as compras eram centralizadas pelo governo federal e os alimentos eram enviados de Brasília para o município.

Em um segundo momento, o município já conseguia oferecer uma comida mais elaborada, como carreteiro, arroz com galinha, feijão e carne. Já quando eram oferecidas frutas não tinha outro alimento naquele dia. O entrevistado relata que neste período o programa iniciou um processo de qualificar a merenda escolar. Nesta etapa o município já contava com o acompanhamento de nutricionistas, mas ainda não existiam condições de se fazer um cardápio mais elaborado, que pudesse atender as necessidades nutricionais diárias dos alunos.

A implementação da Lei nº 11.947/2009 representou um marco legal para programa de alimentação escolar, possibilitando qualificar as refeições que eram servidas nas escolas e respeitando os hábitos alimentares e cultura locais. Segundo relato da nutricionista do Programa no município já existia uma pretensão em adquirir produtos dos AF, no entanto a legislação era rígida, pois as compras eram realizadas via licitação (Lei nº 8666/1993) e desta forma excluía a possibilidade dos produtores locais participarem. A partir de 2009 este cenário mudou e com a nova lei foi possível colocar em prática as ideias já existentes.

O envolvimento entre os diferentes agentes sociais que realizam a gestão do programa no município desde o momento em que houve a alteração na lei aproximando as compras governamentais da produção agrícola familiar vai ao encontro do que Dufumier (2007, p. 118) denomina “acordo entre as partes”:

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

O acordo entre as diversas partes deve começar desde a concepção das ações a serem empreendidas dentro dos limites do futuro projeto. As discussões devem tratar ao mesmo tempo daquilo que seria desejável e do que seria possível realizar num prazo mais ou menos curto com os meios que cada um pode oferecer. O importante é que elas possam resultar na formulação de acordos gerais nos quais os direitos e deveres de cada uma das partes sejam claramente estabelecidos.

No município estudado, de acordo com as informações dos entrevistados, houve uma mobilização entre os setores envolvidos com o processo de aquisição dos produtos para a alimentação escolar, neste caso: secretário de educação, as nutricionistas do programa, funcionários responsáveis por elaborar as Chamadas Públicas, agentes da secretaria de desenvolvimento rural e produtores rurais da região, dentre outros. Foram realizadas reuniões entre os referidos setores para organizar os agricultores em grupos que pudessem dar conta da produção que as escolas necessitariam. Dessa forma teve início a construção do mercado institucional na alimentação escolar no município. Em um primeiro momento os AF foram separados em grupos para o fornecimento de hortaliças, cada grupo foi dividido em um determinado número de produtores, os quais ficavam responsáveis por entregar o mesmo produto nos prazos previamente estipulados. Esta etapa de estabelecer objetivos e articular interesses é uma das mais relevantes no desenvolvimento de qualquer projeto, pois desta etapa dependerá os resultados futuros (TRENNEPOHL, 2012). Nesta etapa são explicitados os interesses individuais, a negociação dos conflitos e a construção de entendimentos ou acordos coletivos, desta forma caso esta etapa não ocorra poderá inviabilizar erros em etapas posteriores (TRENNEPOHL). Após a conclusão da primeira etapa iniciou-se a aquisição de produtos de origem animal e das agroindústrias da região. Quando questionados os entrevistados se houve alguma experiência anterior com a AF da região os mesmos responderam que, em alguns períodos eles conseguiam adquirir mel e também peixe, mas não eram produtos que conseguiam oferecer com regularidade devido ao custo elevado.

### **3.2 A alimentação escolar na rede municipal de educação de Ijuí**

A Secretaria Municipal de Educação de Ijuí possui 25 escolas municipais (zona urbana e rural) sediadas em seu município. De acordo com os dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2015 a rede escolar municipal de Ijuí é composta conforme o Quadro 1.

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

**Quadro 1 – Distribuição das matrículas na rede pública municipal de Ijuí.**

	Matricula Inicial											
	Ensino Regular										EJA	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial	
	Creche		Pré-Escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral		
Municipal Urbana	585	816	926	60	1.773	280	1.365	85	0	175	183	0
Municipal Rural	0	0	16	0	37	0	30	0	0	0	0	0
Total	585	816	942	60	1810	280	1395	85	0	175	183	0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2016).

Ijuí é um município que tem 4.915 alunos matriculados em escolas em período parcial e 1.416 alunos matriculados em turno integral (IBGE, dados de 2015). Conforme as nutricionistas do município, em geral para os alunos matriculados em período parcial recebem duas refeições diárias, já os que ficam em período integral nas escolas recebem quatro refeições por dia. O cálculo aproximado indica 15.494 refeições servidas diariamente para os alunos da rede municipal de ensino de Ijuí.

Os recursos para a compra da merenda escolar do município tem origem nos valores repassados pelo FNDE e por uma complementação destes que é realizada pela Prefeitura Municipal. Os recursos do FNDE devem ser investidos somente em gêneros alimentícios, já os recursos complementados pelo município são destinados para compra de itens como gás de cozinha, dentre outros itens que são necessários para que se materialize este processo e que não podem ser adquiridos por meio dos valores provenientes do FNDE.

O repasse do FNDE para a aquisição da merenda escolar das escolas municipais de Ijuí é feito via Secretaria Municipal de Educação, sendo que a mesma administra estes recursos, que são complementados via verbas da Prefeitura Municipal. Esta modalidade de gestão dos recursos é denominada de gestão municipalizada. Nas escolas da rede estadual esse processo de gestão dos recursos é feito de forma diferente, neste caso o repasse do FNDE é para a Secretaria Estadual de Educação, que repassa os recursos para cada escola que os administra individualmente para suas compras, processo conhecido como gestão escolarizada.

O valor per capita transferido pelo FNDE às Entidades Executoras (EEx) varia conforme a modalidade de ensino, conforme demonstrado na Tabela 1.

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa**Tabela 1 – Valor *per capita* transferido pelo FNDE às EEx conforme a modalidade de ensino.**

<b>Modalidade de ensino</b>	<b>Valor (R\$) per capita</b>
Creches	1,07
Pré-escolas	0,53
Escolas localizadas em áreas indígenas ou de quilombolas	0,64
Ensino fundamental e médio	0,36
Educação de Jovens e Adultos	0,32
Ensino integral	1,07
Alunos do Programa Mais Educação	1,07
Alunos que frequentam o atendimento educacional especializado no contraturno	0,53

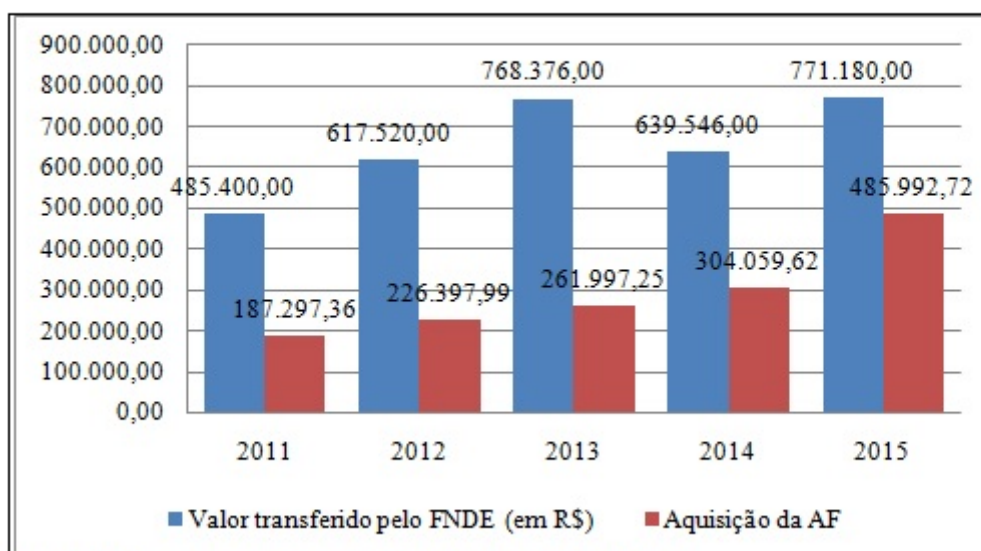
Fonte: FNDE (2017a)

Os cardápios para as escolas municipais são elaborados pelas nutricionistas da Coordenadoria de Nutrição, respeitando os hábitos alimentares locais e culturais, atendendo as necessidades nutricionais específicas conforme percentuais mínimos estabelecidos no artigo 14 da Resolução nº 26/2013 (FNDE, 2016). O município de Ijuí possui duas nutricionistas concursadas com carga horária de 37,5 horas semanais dedicadas ao programa de alimentação escolar.

No Gráfico 1, pode-se observar os valores repassados pelo FNDE para o município de Ijuí destinados a aquisição da alimentação escolar, bem como o percentual destes valores que foram destinados à AF. Desde 2011 o percentual destinado às aquisições em produtos da AF vem crescendo no município de Ijuí. Os funcionários relataram que existe um empenho por parte da secretaria de educação para além do cumprimento da legislação, para eles comprar alimentos da AF beneficia todos os envolvidos neste processo: alunos, agricultores e economia local, dentre outros.

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

**Gráfico 1 – Valores repassados pelo FNDE para alimentação escolar e valores investidos em compras da AF na rede municipal de Ijuí, 2011-2015.**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do FNDE (2017b).

De acordo com o relato dos diferentes entrevistados percebe-se que os agentes envolvidos na aquisição da alimentação escolar do município de Ijuí vêm se mobilizando a favor da inserção dos alimentos provenientes da AF.

A partir da implementação da Lei nº 11.947/2009 garantindo que, no mínimo 30% dos alimentos utilizados na alimentação escolar deveriam proceder de agricultores familiares da região, ocorreu um processo de mobilização entre os diferentes agentes envolvidos: Secretaria Municipal de Educação, Coordenadoria de Nutrição Escolar, Secretaria de Desenvolvimento rural e agricultores familiares da região. Foram realizadas reuniões prévias entre os diferentes representantes de cada um dos setores envolvidos com o intuito de organizar os agricultores para que os mesmos pudessem produzir os alimentos que as escolas precisariam. Além disso, o setor de compras instruiu os agricultores sobre como participar das Chamadas Públicas.

A Secretaria Municipal de Educação de Ijuí possui um local para o recebimento dos gêneros alimentícios que serão distribuídos nas escolas e um veículo equipado para transportar alimentos in natura e perecíveis. Os alimentos perecíveis são distribuídos semanalmente e os alimentos não perecíveis mensalmente.

### 3.3 Resultados, potencialidades e dificuldades no PNAE em Ijuí

A partir das entrevistas percebeu-se que com a obrigatoriedade da aquisição de um percentual mínimo de produtos da agricultura familiar ocorreu uma qualificação da merenda escolar no município.

De acordo com o discurso que se reproduz de forma semelhante nos três entrevistados, em especial no secretário de educação e na nutricionista, é citada a existência de parcerias que

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

facilitam a gestão do programa do programa, em especial entre a secretaria de educação e os produtores que se empenharam em cumprir os acordos e prazos estabelecidos.

Quando questionados sobre quais as dificuldades encontradas na gestão do PNAE também se percebeu que as opiniões foram semelhantes. Os entrevistados destacaram que os recursos são escassos, é necessário fazer “milagre” para dar conta de adquirir produtos de qualidade. A elaboração dos cardápios leva em conta a sazonalidade dos alimentos, os preços, os produtos que estão em falta ou com preços mais elevados que o normal.

Os funcionários que manipulam os alimentos precisam estar em constantes atualizações e fiscalizações para que saibam como preparar as refeições sem que ocorram desperdícios. Somente comprar alimentos saudáveis não garante alimentação saudável e de qualidade, relata o secretário de educação.

O município de Ijuí possui duas nutricionistas, o gestor relatou que as mesmas são condição para que o programa funcione, no entanto elas não estão vinculadas à educação e sim ao setor de saúde do município.

A atuação do profissional nutricionista é de fundamental importância para a execução do PNAE, sendo que este profissional tem a competência de realizar atividades de planejamento, coordenação, direção, supervisão e avaliação de todas as ações de alimentação e nutrição no âmbito da alimentação escolar (FNDE, 2016).

Quanto à participação do CAE no município, este órgão é bem ativo e participativo, sendo constituído por membros do Executivo, representantes da escola, de pais de alunos, de professores da rede municipal e também da sociedade civil (Unijuí e Emater), conforme a Figura 1.

**Figura 1 – Estrutura do CAE.**



Fonte: FNDE, 2016.

De acordo com o secretário de educação do município, o CAE possui reuniões regulares e os mesmos fazem visitas nas escolas e nos produtores rurais. Acompanham os cardápios e o trabalho desenvolvido pelo programa como avaliação nutricional e aceitabilidade dos alimentos. É o CAE que elabora os relatórios e pareceres a serem enviados para o FNDE, sendo este um dos requisitos para liberação dos recursos para o município.

Neste sentido, em relação a projetos de desenvolvimento, Trennepohl (2012) chama atenção para a relevância de que exista um sistema de acompanhamento e avaliação que possa ser feito com base nos dados gerais sobre o cronograma de execução operacional e financeiro do programa. Devem-se ter claras as bases decisivas na execução do projeto para que seja possível alcançar os objetivos gerais (TRENNEPOHL, 2012).

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

Em relação a existência de atividades de educação alimentar na escola selecionada, foi relatado que a escola possui horta escolar e os produtos que dela provém complementam a alimentação, como saladas e temperos, mas estas atividades dependem do clima. Existe uma professora que cuida da horta na escola e também é responsável pelo projeto de Educação Ambiental. Os alunos do segundo, quarto e quinto ano do ensino fundamental auxiliam no cuidado da horta e também frequentam aulas de jardinagem.

A escola se empenha em incentivar o consumo de alimentos mais saudáveis e de origem local para que os alunos realmente adquiram melhores hábitos alimentares. A diretora da escola também chama a atenção para uma conquista do PNAE nos últimos anos, que é o fato do programa levar em consideração os alunos que precisam de uma alimentação especial em função de alergias e intolerâncias, sendo oferecida para estes alunos uma alimentação diferenciada dos demais, respeitando suas necessidades e limitações.

Os alunos em geral não têm dificuldades em aceitar os alimentos oferecidos pela escola e participam em sua maioria das refeições que são oferecidas. Na escola pesquisada a diretora relatou que não existe uma carência alimentar dos alunos, no entanto a merenda é muito valorizada e este momento é muito esperado e celebrado, como um ritual para uma confraternização. Os alunos parecem satisfeitos e “felizes” neste momento.

Quando questionados sobre a influência da merenda escolar para a permanência ou retorno dos alunos nas escolas do município, observou-se que os entrevistados possuíam opiniões diferentes. De acordo com o discurso do secretário de educação:

A alimentação faz parte da vida escolar, com fome é mais difícil aprender. Ainda existem realidades em escolas da rede municipal onde a alimentação é um fator que faz com que o aluno frequente a escola. Alguns alunos frequentam a escola para “matar a fome”, mas não se constitui a maioria. Ainda não se consegue pensar em manter alunos nas escolas do município sem oferecer a alimentação. Percebe-se uma participação da maioria dos alunos na hora da merenda escolar.

A nutricionista do programa relata que não consegue enxergar a merenda escolar como determinante para a permanência dos alunos na escola, além disso, na última década principalmente em função dos programas assistenciais oferecidos pelo governo brasileiro para a população necessitada, a realidade de extrema carência alimentar nas escolas do município vem diminuindo, mas ela ainda existe e a alimentação escolar tem um papel fundamental para enfrentar estes problemas.

Na escola pesquisada, especificamente, não faz parte da realidade alunos em extrema pobreza com privações alimentares, sendo que a diretora da escola enxerga a alimentação escolar como complementar para a permanência do aluno na escola, e não como determinante.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

Os discursos dos diferentes agentes envolvidos no processo de aquisição da alimentação escolar apontam impactos positivos para todos participantes após a implementação da Lei nº 11.947/2009. Desde o produtor que fornece o alimento e auferir uma renda que garante seu sustento ou, no mínimo, complementa seus rendimentos, até o aluno que se beneficia com uma refeição saudável e segura oferecida pela escola.

No município existiu um empenho para que fosse possível adquirir alimentos de agricultores familiares locais para o PNAE e isto é considerado como uma conquista para os gestores do programa em Ijuí. Todos os agentes envolvidos buscaram fazer com que fosse possível alcançar os percentuais exigidos na lei e essa experiência vem se consolidando e ampliando as parcerias com os agricultores familiares da região para que seja possível aumentar a cada ano o volume dos produtos por eles produzidos.

Conclui-se que desde a implementação da Lei nº 11.947/2009 no município foi possível melhorar substancialmente a qualidade da alimentação oferecida nas escolas municipais de Ijuí. Houve a inclusão de alimentos produzidos localmente, respeitando os hábitos alimentares regionais e trazendo impactos positivos para os alunos. Em contrapartida, por meio dos discursos dos entrevistados, percebe-se também que os impactos vêm sendo positivos para os agricultores da região, principalmente em termos de melhoria de renda.

Na rede municipal de ensino de Ijuí existe interação e comprometimento entre os gestores do PNAE e também entre estes e os fornecedores, que são fundamentais para as conquistas que este programa vem alcançando ao longo dos últimos anos. Sugere-se que sejam desenvolvidas atividades de educação alimentar nas escolas, não só para as crianças, mas que sejam direcionadas as famílias dos alunos e também aos professores e outros funcionários que participam da preparação da merenda escolar, tendo em vista que para o programa continuar evoluindo é necessário que a consciência de uma alimentação saudável e segura perpassasse por todas as pessoas envolvidas no ambiente escolar.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, V. R. Potencialidades e limites da política de alimentação escolar na promoção da agricultura familiar. 2016. 102f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento)- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí.

BALEM, T. A. O Programa de Alimentação Escolar Brasileiro e a narrativa alternativa dos alimentos: convergências e desafios. 2015. 263f. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Rural)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 5, p. 595-607, set./out., 2009.

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica (...). **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 Jun. 2009.

BUENO, N. P.; LOURENZANI, A. E. B. S.; PEREIRA, M. E. B. G. Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo de caso no Estado de São Paulo/Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 53, 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos....** João Pessoa: UFPB, 2015.

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola**: manual para especialistas. Salvador: EDUFBA, 2007.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programas/PNAE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução CD/FNDE nº 01 de 08 de fevereiro de 2017**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes>>. Acesso em: 17 mar. 2017a.

\_\_\_\_\_. **Dados da agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 26 fev. 2017b.

FROEHLICH, E. A capacidade de “fazer diferente”: os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do programa de alimentação escolar em Dois Irmãos e Tapes (RS). 2010. 152f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Rural)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Ensino - matrículas, docentes e rede escolar**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431020&idtema=156&search=rio-grande-do-sul|jui|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2015>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **IBGE cidades**. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431020&search=rio-grande-do-sul|jui|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

REINACH, S.; CORÁ, A. J.; BONDUKI, M. R. P. C. A Inclusão da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 36, 2012. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, I. O.; ASSIS, R. L. Reflexões acerca do acesso ao PNAE pela Cooperativa de Produção Agroecológica Terra Fértil - Coopaterra. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 11, 2016, Pelotas. **Anais eletrônicos...** Pelotas: UCPel, 2016.

TRENNEPOHL, D. Projetos de Desenvolvimento. In: SIEDENBERG, D. R. (Org.). **O desenvolvimento sob múltiplos olhares**. Ijuí: Unijuí, 2012. p. 369-392.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 4, p. 933-945, Oct./Dec. 2010.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o meio rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 161-200.